

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.860.210 - PR (2020/0023805-7)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : MONDELEZ BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : JOSÉ AUGUSTO LARA DOS SANTOS - PR031460**  
**BRUNA HERDINA COMITTI - PR059517**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Mondelez Brasil Ltda. contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PARCELAMENTO. LEI Nº 11.941/09 E PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB Nº 6/2009. DEPÓSITOS. CONVERSÃO EM RENDA.

Nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2009, que regulamenta a Lei nº 11.941/2009, os percentuais de redução são aplicados sobre o valor do débito atualizado à época do depósito.

A parte insurgente aponta ofensa ao art. 10 da Lei n. 11.941/2009. Aduz que "a aplicação das reduções legais deve se dar antes de se fazer o confronto com os valores efetivamente depositados judicialmente, para, só então, haver a conversão em renda do montante devido".

O apelo nobre foi admitido na origem.

É o relatório.

A conclusão do acórdão recorrido de que o encontro entre valores devidos e depositados deve considerar a data em que efetivado o depósito está em consonância com o entendimento das Turmas de Direito Público deste Tribunal, senão vejamos:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. DEPÓSITO JUDICIAL. LEI 11.941/2009.

REDUTORES. MOMENTO DE INCIDÊNCIA. PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB 6/2009. LEGALIDADE.

1. Ambas as Turmas da Primeira Seção, analisando o ditame inserto no parágrafo único do art. 10 da Lei 11.941/2009, sedimentaram posicionamento no sentido de que o art. 32 da Portaria Conjunta PGFN/RFB 6/2009, alterado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB 10/2009, não extrapolou os preceitos da lei de regência. Precedentes: AgRg no REsp 1.311.324/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 7/11/2017, DJe 19/12/2017; REsp 1.666.041/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/6/2017, DJe 20/6/2017; AgRg no REsp 1426461/PR, Rel. Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.410.047/SE, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA

TURMA, julgado em 23/4/2019, DJe 29/4/2019)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DEPÓSITO JUDICIAL. DECADÊNCIA. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO QUE A COMPROVE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ART. 10, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 11.941/2009. ART. 32, § 1º, DA PORTARIA CONJUNTA PGFN/RFB 06/2009. PERCENTUAIS DE REDUÇÃO. MOMENTO DE INCIDÊNCIA.

[...]

3. A questão controvertida diz respeito ao momento em que se deve proceder as reduções da Lei 11.941/2009.

4. Para o recorrente, "o cálculo correto para se chegar ao valor a ser convertido em renda, ou seja, pagamento à vista, consiste na atualização do débito da data do seu vencimento até a data em que o contribuinte manifestou sua desistência mediante adesão aos benefícios fiscais, instituídos pela Lei 11.941/2009, para, após, aplicar as reduções cabíveis (100% da multa e encargos legais e 45% dos juros de mora)." (fl. 2.529, e-STJ).

5. Já o Tribunal de origem entende que deve ser procedido o abatimento dos juros e da multa na época do depósito judicial, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB 06/2009.

6. Verifica-se que a pretensão do recorrente desconsidera que o valor da atualização do depósito até a data do levantamento pertence à União, conforme assentado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1.251.513/PR, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973.

7. Outrossim, a Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.251.513/PR, também decidiu a respeito da correção dos depósitos judiciais dos créditos tributários depositados após o vencimento para inserir neles a multa, os juros de mora e demais encargos.

8. Com efeito, o parágrafo único do artigo 10 da Lei 11.941/2009, segundo o qual "na hipótese em que o valor depositado exceda o valor do débito após a consolidação de que trata esta Lei, o saldo remanescente será levantado pelo sujeito passivo", não tem a extensão que lhe pretende dar o recorrente.

9. Nessa linha, a Portaria Conjunta PGFN/RFB 6/2009, ao estabelecer no art. 32, § 1º, que "os percentuais de redução previstos nesta Portaria serão aplicados sobre o valor do débito atualizado à época do depósito", não extrapolou o conteúdo da Lei 11.941/2009.

10. Recurso Especial de que não se conhece.

(REsp 1.666.041/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 20/6/2017)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, assim como na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes  
Relator